

REGULAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO ISEC LISBOA À COMUNIDADE

Considerando que, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 2.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, *“as instituições de ensino superior têm o direito e o dever de participar, isoladamente ou através das suas unidades orgânicas, em atividades de ligação à sociedade, designadamente de difusão e transferência do conhecimento, assim como de valorização económica do conhecimento científico”*;

Considerando que constitui uma das atribuições do ISEC Lisboa, *“assegurar a prestação de serviços à comunidade e contribuir para a difusão da cultura humanística, artística, científica e tecnológica, designadamente através da realização de atividades de natureza extracurricular e do estabelecimento de parcerias com organizações empresariais, profissionais, autarquias e instituições, numa perspetiva de valorização, rentabilização e desenvolvimento dos recursos do país”*, nos termos do disposto na alínea i) do artigo 6.º dos Estatutos do ISEC Lisboa, aprovados pelo Despacho n.º 26721/2009, de 10 de Dezembro e alterados pelo Despacho n.º 13203/2016, de 3 de novembro;

Considerando que a prestação de serviços à comunidade, no âmbito das suas competências científicas e técnicas, bem como, o exercício de atividades de formação orientadas para o exterior se integra nas atribuições do ISEC Lisboa, nomeadamente no que se refere à captação de receitas e ao desempenho do seu papel social;

Considerando que importa definir o enquadramento adequado do exercício dessas atividades, cumprindo o princípio de autonomia do ISEC Lisboa e assegurando a qualidade dos serviços prestados;

É aprovado o Regulamento de Prestação de Serviços pelo ISEC Lisboa à Comunidade:

Artigo 1.º

Objeto

1. A prestação de serviços à comunidade compreende as atividades e os projetos, solicitados por entidades exteriores ou propostas por membros da comunidade académica do ISEC Lisboa, desenvolvidos com recurso a meios humanos e materiais do ISEC Lisboa.
2. A prestação de serviços à comunidade assenta na capacidade científica e técnica especializada dos docentes e colaboradores do ISEC Lisboa, tendo por objetivo transferir conhecimento para os domínios em que a comunidade requeira a sua aplicação.
3. A prestação de serviços à comunidade só pode ter lugar relativamente a atividades e projetos compatíveis com as atribuições do ISEC Lisboa e com níveis técnicos e científicos previamente reconhecidos pelo Conselho de Direção do ISEC Lisboa.
4. A prestação de serviços à comunidade não pode prejudicar as normais atividades de docência e de investigação do ISEC Lisboa.

Artigo 2.º

Âmbito

1. O presente regulamento aplica-se a atividades e projetos de formação e/ou de investigação desenvolvidos pelo ISEC Lisboa, titulados em protocolos com outras instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, bem como em protocolos celebrados no âmbito de programas de financiamento públicos ou privados.
2. Considera-se prestação de serviços à comunidade:
 - a) assessoria e consultadoria científica;
 - b) a elaboração de estudos e de pareceres;
 - c) a realização de projetos de investigação científica aplicada;
 - d) o desempenho de tarefas especializadas;

- e) o desenho, implementação e lecionação de programas de formação de recursos humanos, quer se trate de formação avançada, de formação contínua ou de formação à medida;
- f) produção de materiais pedagógicos e tecnológicos;
- g) Serviço docente e formação prestada a outras instituições de ensino superior;
- h) a realização de conferências, congressos, seminários.

3. O presente regulamento aplica-se a todos os projetos realizados por qualquer das unidades orgânicas do ISEC Lisboa, ou desenvolvidos por qualquer dos serviços centrais ou estruturas técnicas do ISEC Lisboa, exceto se o projeto em causa for especialmente regulado noutro regulamento.

4. O presente regulamento não se aplica a atividades e a projetos realizados entre as diferentes unidades orgânicas do ISEC Lisboa.

Artigo 3.º

Pagamento da Prestação de Serviços

1. A prestação de serviços à comunidade pelo ISEC Lisboa é feita a título oneroso, ficando sujeita ao pagamento pelas entidades que a requeiram.
2. As verbas provenientes da prestação de serviços constituem receitas próprias do ISEC Lisboa.

Artigo 4.º

Protocolos

1. A prestação de serviços à comunidade formaliza-se através de protocolo celebrado entre o ISEC Lisboa e a entidade externa, do qual deve constar, designadamente:
 - a) a natureza e objeto da prestação de serviços;
 - b) a indicação dos recursos humanos e materiais necessários;
 - c) o período de vigência total, eventual faseamento e os respetivos prazos de execução;

d) o orçamento, com indicação expressa do valor global da prestação de serviços e das despesas a efetuar;

e) a forma e o prazo de pagamento, incluindo as despesas com deslocações, aquisições de equipamentos (se necessárias), bem como as relativas a remunerações dos recursos humanos envolvidos.

2. A celebração dos protocolos de prestação de serviços à comunidade compete à UNIVERSITAS, entidade instituidora do ISEC Lisboa, podendo esta delegar no Presidente do ISEC Lisboa.

Artigo 5.º

Overheads

1. O ISEC Lisboa tem direito a receber, como receita própria, uma percentagem do valor global de cada prestação de serviços de, no mínimo, 20% daquele valor.

2. Em casos excecionais, devidamente autorizados pela UNIVERSITAS, sob proposta do Presidente do ISEC Lisboa, pode verificar-se uma redução do valor percentual definido no parágrafo anterior.

3. O disposto no presente artigo aplica-se, mesmo que apenas sejam usados recursos humanos na prestação de serviços à comunidade.

Artigo 6.º

Qualidade

1. A avaliação, monitorização acompanhamento das ações de prestação de serviços à comunidade e é assegurada de três em três anos, pelo Gabinete de Avaliação e Garantia da Qualidade que deve periodicamente garantir a apresentação dos resultados dessa avaliação ao Conselho de Direção do ISEC Lisboa.

2. O primeiro ciclo de avaliação, monitorização e acompanhamento das ações de prestação de serviços à comunidade tem lugar em 2020, acompanhando o Relatório de Execução do Plano de Desenvolvimento Estratégico do ISEC Lisboa, sem prejuízo das avaliações intercalares e por projeto/prestação de serviços.

Artigo 7.º

Procedimento interno

1. As solicitações/propostas de prestação de serviços à comunidade são encaminhadas ao Diretor da Unidade Orgânica ou ao Coordenador da estrutura técnica em que a prestação de serviços vai ser executada.
2. As prestações de serviços à comunidade são autorizadas por despacho do Presidente do ISEC Lisboa que homologa o calendário anual das atividades previstas, as tabelas de emolumentos dos cursos e *overheads* em conformidade com o previsto no artigo 5.º do presente regulamento, bem como os relatórios de atividades respetivas, após parecer favorável da unidade ou estrutura que propôs e coordenou a sua realização.
3. Uma vez autorizada a prestação de serviços à comunidade, o Diretor da Unidade Orgânica ou ao Coordenador da estrutura técnica onde a mesma vai ser executada fica responsável pela junção de toda a documentação referente à mesma com vista à celebração do protocolo previsto no artigo 4.º do presente regulamento, bem como pelo acompanhamento da referida execução até ao termo da prestação de serviço.
4. Compete ao Diretor da Unidade Orgânica ou coordenador da estrutura técnica a resolução dos problemas logísticos e de recursos materiais e humanos referentes à execução da prestação de serviços.
5. Em casos concretos em que se justifique pode ser nomeado um gestor de projeto para gerir e monitorizar a execução da prestação de serviços, competindo essa nomeação ao Presidente do ISEC Lisboa.

Artigo 8.º

Dúvidas e casos omissos

As dúvidas e casos omissos são resolvidas por despacho do Presidente do ISEC Lisboa, ouvido o Conselho de Direção do ISEC Lisboa.

Artigo 9.º

Monitorização, acompanhamento e revisão do Regulamento

1. O presente regulamento pode ser revisto a qualquer momento, por proposta do Conselho de Direção do ISEC Lisboa.
2. A aplicação do presente regulamento é monitorada continuamente avaliada a cada ciclo de três anos pelo Conselho de Direção do ISEC Lisboa, ouvido o Gabinete de Avaliação e de Garantia da Qualidade do ISEC Lisboa.

Artigo 10.º

Disposição Final

Mantêm-se em vigor todas as prestações de serviços à comunidade iniciadas antes da entrada em vigor do presente regulamento, nos precisos termos em que as mesmas foram acordadas com as entidades externas ao ISEC Lisboa.

Artigo 11.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação nos locais de estilo do ISEC Lisboa.